
Interdisciplinaridade e solidariedade em experiências cooperativas do MST¹

Interdisciplinarity and solidarity in cooperative experiences of the Movement of Landless Rural Workers (MST)

Alceu Ravello Ferraro²

Resumo

Pesquisa sobre experiências cooperativas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Município de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, desenvolvida com apoio da FAPERGS e do CNPq e participação de pesquisadores e alunos de três universidades (UCPel, UFPel e UFRGS), permitiu chegar a algumas formulações sobre a relação entre a interdisciplinaridade e a solidariedade que caracteriza o trabalho cooperativo buscado pelo MST. 1. Os assentados transitam livremente pelos campos do trabalho, da educação e do lazer, focalizados na pesquisa, ignorando fronteiras disciplinares. 2. A interdisciplinaridade emerge como o elemento capaz de fazer a diferença entre o trabalho cooperativo autônomo, solidário, autogestionário, e o trabalho, também cooperativo, porém heterônomo, subordinado, comandado pelo capital. 3. Interdisciplinaridade e solidariedade no trabalho, na educação e no lazer (e pode-se supor que também em outras dimensões da vida em pequenas propriedades familiares) emergem, assim, como elementos de uma mesma substância, que se fundamentam e pressupõem mutuamente.

Palavras-chave: trabalho cooperativo, solidariedade, interdisciplinaridade, MST.

Abstract

A research project on cooperative experiences made in settlements of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the municipality of Piratini, state of Rio Grande do Sul, and developed with the support of FAPERGS and CNPq and with the participation of researchers and students from three universities (UCPel, UFPel and UFRGS) made it possible to arrive at some conclusions about the relationship between interdisciplinarity and solidarity that characterizes the cooperative work pursued by the MST. 1) The settlers freely move through the fields of work, education and leisure (which the research focused on), ignoring borders between disciplines. 2) Interdisciplinarity emerges as the element capable of making the difference between the autonomous, solidary, self-managed cooperative work and the cooperative work that is heteronomous, subordinated, commanded by capital. 3) Thus, interdisciplinarity and solidarity in work, education and leisure (and one may assume that this also applies to other dimensions of life in small family-based farms) emerge as elements of one and the same substance that ground and presuppose each other.

Key words: cooperative work, solidarity, interdisciplinarity, MST.

¹ Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004, no Painel "Universo Rural – Debates e Interpretações".

² Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

O presente trabalho aborda a relação entre a interdisciplinaridade e a solidariedade que caracteriza o trabalho cooperativo em assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Trata-se de um dos desafios enfrentados na pesquisa *Experiências cooperativas no campo e na cidade: subsidiando políticas sociais alternativas em trabalho, educação e lazer*, desenvolvida nos anos de 2000 e 2001, em assentamentos de reforma agrária no Município de Piratini e em bairro da Cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil³.

A pesquisa teve como objetivo geral a análise comparativa de duas experiências cooperativas construídas a partir da luta pela terra: uma no campo, em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Município de Piratini, na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul; a outra na Associação das Vilas Reunidas FRAGET, na Cidade de Pelotas, no mesmo Estado.

As três realidades denominadas *trabalho, educação e lazer* têm passado por profundos questionamentos nas últimas décadas, de sorte que a análise de qualquer uma delas representa em si mesma um desafio. Tal desafio torna-se ainda maior, quando se quer enfrentar ao mesmo tempo essas três dimensões fundamentais da vida humana vistas em suas inter-relações, isto é, numa perspectiva interdisciplinar.

1. A questão aqui focalizada originou-se, primeiro, da observação de que as lideranças do MST, ao falarem de sua experiência e dos problemas enfrentados nos acampamentos e assentamentos do Movimento, transitavam livremente, sem qualquer constrangimento, pelas especialidades habitualmente denominadas trabalho, educação e lazer, ignorando as divisas interpostas para distinguir e separar esses e outros diferentes campos do conhecimento e da prática social. Essa percepção foi logo confirmada, desde o início, pelos depoimentos colhidos na pesquisa. A segunda origem da questão foi a idéia ou hipótese de que a lógica do trabalho cooperativo autônomo e autogestionário buscado pelos assentados (pelo menos por alguns dentre eles) deverá diferir radicalmente da lógica que rege o trabalho parcelar no capitalismo. Não fosse outra a lógica, em que o trabalho cooperativo autogestionário diferiria do trabalho, também cooperativo, porém heterônomo e, por isso, subordinado, desenvolvido sob o capital?
2. A interdisciplinaridade representa, pois, um desafio. O caráter necessário do trabalho interdisciplinar, seja na produção e socialização do conhecimento no campo das ciências sociais, seja no processo educativo, decorre, não de uma arbitrariedade racional e abstrata, mas sim “da própria forma de o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (Frigotto, 2001,

p. 25-26). Não é por razão de ordem ontológica e epistemológica que se cinde autonomamente esta ou aquela prática social; é que as relações capitalistas de produção humana dão lugar a diferentes processos de alienação e de cisão (Frigotto, 2001, p. 27).

A fragmentação do trabalho humano e do seu produto não é um acidente no capitalismo. Ao contrário, ela constitui característica essencial congênita do modo capitalista de produção, tanto da produção material como da intelectual. Se ultimamente a questão da interdisciplinaridade passou a ser levantada pelos próprios ideólogos (o *ohnismo* ou *toyotismo*) e agentes da produção burguesa, isto significa apenas que eles estão temerosos diante dos resultados do próprio modo de produção do conhecimento que caracteriza o capitalismo desde suas origens. Aliás, da mesma forma como se apavoraram e apavoram com as crises cíclicas e com as ondas de miséria humana que integram a própria substância do modo capitalista de produção de mercadorias.

Estabeleceu-se ultimamente um consenso mais ou menos generalizado quanto à necessidade da interdisciplinaridade. O documento Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por exemplo, dá destaque especial à interdisciplinaridade (Brasil, MEC, CEB, 1999)⁴. Mas há também, à base desse mesmo aparente consenso, uma confusão conceptual que não pode ser ignorada. Entende-se daí a propriedade das palavras de Japiassu quando diz que, nos dias atuais, “o conhecimento interdisciplinar tem aparecido como uma espécie de panacéia vindo superar as estreitezas e a miopia do conhecimento disciplinar ou endisciplinado” (Japiassu, 1999, p. 129). Diverge-se apenas quando o autor chama de *patológica* a situação em que se encontra hoje o saber, essa especialização sem limites que conduziu a uma fragmentação crescente do horizonte epistemológico, esse saber em migalhas, revelador de uma inteligência esfacelada. Entende-se que o termo *patológica* serve mais para velar do que para desvelar a situação. Mais do que *patológica*, essa *especialização sem limites* é uma característica essencial do paradigma de racionalidade que presidiu a constituição da ciência moderna a partir do século XVI, como muito bem esclarece Santos (2001, p. 10). Afinal, a especialização a que se refere Japiassu não é nada mais do que a aplicação da décima terceira regra do *Discurso do método* que manda abstrair, reduzir, dividir e enumerar:

³ A pesquisa foi realizada por uma equipe de pesquisadores e alunos da Universidade Católica de Pelotas, da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. A pesquisa contou também com a participação de bolsistas de Iniciação Científica e de Apoio Técnico do CNPq.

⁴ Ver Parecer CEB n. 15/98. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. O referido Parecer trata longamente da questão da interdisciplinaridade, buscando fundamentação em autores como A. Chevel, J. Piaget e L. S. Vigotsky.

Regra XIII. Se compreendemos perfeitamente uma questão, devemos abstrai-la de todo conceito supérfluo, reduzi-la à maior simplicidade e dividi-la em partes tão pequenas quanto seja possível, enumerando-as (Descartes, 2000, p. 117).

Seria um equívoco ver na divisão ou fragmentação da ciência simplesmente uma “cria” do capitalismo, um produto ou efeito mecânico do mesmo. Tal visão linear é com razão criticada por Jantsch e Bianchetti (2001, p. 187). Ao contrário, como muito bem esclarece Marx, essa divisão, fragmentação, separação é pressuposto ou condição de existência do próprio capital:

Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. Vejamos, logo a seguir, a que se reduzem, em suma, essas circunstâncias. Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. *O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala ampliada. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É chamada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (Marx, 1996, p. 829-830)⁵.*

Nessa perspectiva, a divisão do trabalho no processo capitalista de produção e a segmentação e especialização do conhecimento não são mais do que extensão e aprofundamento do mesmo processo original capitalista de dissociação entre meios de trabalho e força de trabalho acima descrito⁶.

Segundo Japiassu, a saída dessa *especialização sem limites* está, não na tentativa de buscar uma superdisciplina ou uma espécie de superciência, capaz de dar conta da complexidade dos problemas, mas sim em se considerar a interdisciplinaridade uma *prática* específica em vista dos *problemas concretos*. “Nessa perspectiva”, diz o autor, “o que se busca é produzir um discurso e uma representação práticos e particu-

lares dizendo respeito aos problemas concretos”. E acrescenta: “O objetivo não é criar uma nova disciplina científica nem tampouco um discurso universal, mas o de resolver um problema concreto” (Japiassu, 1999, p. 129-130). Para o autor, portanto, o caminho a ser seguido na busca da interdisciplinaridade é o da solução de problemas concretos.

3. A segunda sugestão para se construir a interdisciplinaridade pode ser colhida de Castillo, quando, preocupado em seguir o *filio do debate interdisciplinar*, tenta o caminho do retorno aos clássicos. Mas com uma ressalva. Em que pese a pertinência da proposta, penso que o autor se equivoca quando vê na interdisciplinaridade um *paradigma perdido* e propõe que se busque “recuperar el paraíso perdido de la interdisciplinaridad” (Castillo, 1997, p. 35). O autor não explica quando e por que se teria perdido o paradigma ou o suposto paraíso da interdisciplinaridade. Nem poderia explicar, simplesmente porque o que se perdeu foi a unidade do conhecimento, não a interdisciplinaridade. A questão da *interdisciplinaridade* só se coloca a partir do fato histórico do *endisciplinamento* do conhecimento ou do conhecimento *endisciplinado*, para utilizar a já referida expressão de Japiassu. A interdisciplinaridade só se colocou como necessidade, problema e desafio a partir do fato e das conseqüências da segmentação do saber em disciplinas. Penso que é nesse sentido que Fazenda se refere à interdisciplinaridade como *paradigma* emergente (Fazenda, in: Fazenda, 2001, p. 16). Ressalvado o ponto de discordância indicado, pode-se colher de Castillo a sugestão do retorno aos clássicos no sentido de buscar neles, não a interdisciplinaridade, que não era problema de seu tempo, mas a unidade de conhecimento que caracterizou seu modo de produzir ciência, e que nesse retorno se focalize principalmente a formulação (Adam Smith) e a crítica (Marx) da economia política.

A terceira orientação pode ser encontrada em Freitas. O autor vê a interdisciplinaridade associada ao uso do materialismo dialético e histórico no campo da ciência. Na ausência destes, esclarece o autor, a interdisciplinaridade acaba sendo usada como uma “forma de aumentar artificialmente a relação entre áreas do conhecimento, áreas estas que têm alto nível de intercomunicação na realidade objetiva, no mundo, mas foram desenvolvidas fragmentariamente, dentro de uma metodologia e de uma classificação de ciência positivistas” (Freitas, 1989, p. 106).

Concluindo esta parte, podemos ficar com as três sugestões dos três autores examinados: buscar a interdisciplinaridade na solução de problemas concretos (Japiassu), o que

⁵ Os grifos da citação são meus.

⁶ Este ponto é amplamente analisado por Marx nos capítulos sobre a cooperação simples, a manufatura e a maquinaria moderna (Marx, 1996).

constituiu objeto e objetivo da pesquisa; voltar o olhar para os clássicos (Castillo), em especial para Marx, o clássico do materialismo dialético e histórico (Freitas).

4. Com frequência, a questão da interdisciplinaridade tem sido tratada com certa ingenuidade. Buscar a interdisciplinaridade na perspectiva acima esboçada é colocar-se contra a corrente que, sob o capitalismo, vem dominando há séculos a produção tanto material como intelectual. Em outras palavras e independentemente de *flexibilizações* no discurso, o que marca o liberalismo e a produção capitalista é a *disciplinaridade*, a especialização, não a interdisciplinaridade. Um retorno aos clássicos Adam Smith e Karl Marx poderá projetar luz sobre a questão.

O economista clássico Adam Smith, por exemplo, dedicou ao tema da divisão do trabalho o primeiro capítulo de sua obra clássica sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Diz ele: “O maior acréscimo dos poderes produtivos do trabalho e grande parte da perícia, destreza e bom senso com que ele é em qualquer parte dirigido, ou aplicado, parecem ter sido os efeitos da divisão do trabalho.” (Smith, 1989, v. I, p. 77). O autor ilustra seu ponto de vista ressaltando o enorme aumento de produtividade resultante da divisão do trabalho e do uso de máquinas na produção de alfinetes ((Smith, 1989, v. I, p. 79). Para Marx, o que faz de Smith o economista político por excelência no período manufatureiro não é o fato de ter apresentado alguma proposição nova relativamente à divisão do trabalho, mas sim a ênfase que o autor dá à divisão do trabalho (Marx, 1996, v. 1, p. 399, nota 44). No entanto, a fé de Adam Smith na divisão do trabalho não é incondicional. Com efeito, numa passagem pouco lembrada, em que trata da despesa das instituições para a educação da juventude, Smith alerta para a idiotia que pode resultar da divisão do trabalho. Em suas palavras:

O homem que passa toda a sua vida a executar algumas operações simples, cujos efeitos são também sempre os mesmos, não tem ocasião de exercitar a sua capacidade intelectual ou a sua habilidade em encontrar expedientes para afastar dificuldades que nunca ocorrem. Perde naturalmente, portanto, o hábito desse exercício e torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível conceber-se numa criatura humana. (Smith, 1989, v. II, p. 417).

Em relação às sociedades bárbaras, no estágio primitivo que precede o aperfeiçoamento das manufaturas e o desenvolvimento do comércio externo, observa Smith: “Mantém-se vivo o espírito inventivo, e a mente não se deixa cair nesse estado de estupidez sonolenta que, numa sociedade civilizada, parece entorpecer a capacidade de compreensão de quase todas as camadas inferiores de pessoas.” (Smith, 1989, v. II, p.

417-418)⁷. O que Smith temia, acabaria por transformar-se não só em realidade, mas em princípio básico da organização da produção no período dominado pelo taylorismo-fordismo⁸.

Neste ponto, a análise marxiana vai na direção do alerta de Smith, aprofundando a consideração das conseqüências da divisão manufatureira do trabalho. Segundo Marx, contrariamente ao que ocorria na cooperação simples, a manufatura revolucionou inteiramente o modo de trabalhar do indivíduo, porquanto “deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas. Ainda, segundo Marx, na manufatura “não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial” (Marx, 1996, v. I, p. 412-413). Na seqüência, a análise de Marx aproxima-se de Smith e talvez se inspire nele, quando diz:

O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes da guerra apurando sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se defronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina [...] Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho, recrutando-a para servir ao capital (Marx, 1996, p. 413).

5. Fiz menção ao pensamento de Smith e de Marx para dizer que pensar em interdisciplinaridade pode soar, para muitos ouvidos, como uma tentativa de retorno à “barbárie” pré-industrial. É necessário ter presente que o modo de produção capitalista tem como princípio e prática a divisão ou o fracionamento do trabalho e, por extensão, também do trabalhador, reduzindo-o a uma *fração de si mesmo*. Da mesma forma, a produção intelectual também se fundamenta na divisão e especialização dos campos de conhecimento. Segundo Canevacci, desde o início do século XIX começou a difundir-se por toda a Europa uma nova metodologia da pesquisa científica, que ele denomina “espírito de especialização”. Segundo o autor, essa nova metodologia, esse espírito de especialização, teve duplo efeito: de um lado, “contri-

⁷ As duas últimas citações de *A riqueza das nações*, de A. Smith, são do Livro V, Cap. I, Parte III, Artigo II – Da despesa das instituições para a educação da juventude, v. II, p. 389-425.

⁸ Veja-se, por exemplo, *Princípios de administração científica*, de F. W. Taylor (1995).

buiu como nenhum outro método anterior para a produtividade científica – paralelamente à expansão da produção de mercadorias”; de outro, “deixou de lado completamente a concepção do ser humano como totalidade”, ou seja, deixou de lado “uma concepção do mundo que era unitária tanto sob a bandeira da democracia iluminada e jacobina como da aristocracia restauradora e religiosa, para afirmar a supremacia absoluta de ‘Monsieur le Capital’” (Canevacci, 1981, p. 13). É importante notar que a *unilateralidade* e o *fracionamento* a que se refere Marx e o *espírito de especialização* a que alude Canevacci constituem características essenciais do capitalismo.

Canevacci prossegue discutindo as notáveis ambigüidades presentes na retomada do método interdisciplinar, precisamente porque é interpretado como simples soma das disciplinas individuais. Segundo o autor, na perspectiva de uma nova antropologia, o método interdisciplinar “deve ser solidamente articulado com a superação da divisão do trabalho, da sociedade dividida em classes”. Para ele, situado numa perspectiva antropológica, o método interdisciplinar “é a resposta indispensável e geral que unifica tanto as ciências do homem como as da natureza, e as articula dialeticamente entre si”, ao passo que “a chamada análise ‘científica’ própria do espírito de especialização, ao separar os vários ramos do saber, reflete e ao mesmo tempo reproduz – racionalizada – a divisão do trabalho” (Canevacci, 1981, p. 14).

6. Segundo estudo realizado pela Comissão Gulbenkian para a Restruturação das Ciências Sociais (1996, p. 111), uma das questões com que nos deparamos hoje “é a de como ultrapassar as divisões artificiais erigidas no século XIX entre os domínios supostamente autônomos do político, do econômico e do social (ou do cultural, ou do sócio-cultural)”. Mesmo que as linhas de demarcação entre as diferentes ciências sociais estejam sendo frequentemente ignoradas de fato na prática corrente dos cientistas sociais, a referida Comissão sustenta que essa prática de ignorar as linhas de demarcação “não está em harmonia com os pontos de vista oficiais das principais disciplinas”.

Há quase 30 anos, ao ressaltar o empenho do capital em liquidar qualquer *capacidade de autonomia* dos indivíduos e das comunidades no emprego do *tempo disponível* para além de sua existência como produtores e consumidores, Gorz (1977, p. 209-210) introduziu um conceito de fundamental importância – o de “capacidade de autonomia”. Aliás, já em meados do século XX, G. Friedmann (1972, p. 321-325) explicitara a noção de autonomia ou tarefa autônoma e a correspondente noção de profissão unitária, em contraposição às

noções de heteronomia ou tarefa heterônoma e à correspondente noção de profissão parcelar/especializada, que caracterizam a divisão capitalista do trabalho.

No entanto, por mais que *autonomia* se contraponha e represente um ganho em relação a *heteronomia*, ambos os conceitos têm como pressuposto a noção de indivíduo que caracteriza o liberalismo. A ênfase que se vem dando nos últimos anos à noção de *solidariedade* e a práticas solidárias, especialmente sob o nome de *economia solidária*, representa um avanço significativo em relação ao ideal, no máximo pequeno-burguês, sinalizado pela simples noção de *autonomia* por oposição a *heteronomia*. Baste lembrar as múltiplas formas de cooperação voluntária e solidária entre trabalhadores *autônomos* que se vêm ensaiando, particularmente como resposta ao agravamento do desemprego e desmonte do Estado do Bem-Estar a partir da década de 1970. Penso que precisamente essas formas de solidariedade e cooperação voluntária entre autonomias individuais reconquistadas sinaliza na mesma direção da noção de emancipação humana desenvolvida por Marx em *A questão judaica*, um de seus primeiros trabalhos críticos sobre o liberalismo e o capitalismo. “Toda emancipação”, diz Marx, “constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem.” É por isso que não basta a emancipação política, porquanto esta não é mais que a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo *independente e egoísta*, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. (Marx, 1993, p. 63). A noção de autonomia em si mesma fica restrita ao que Marx chama de redução do homem a indivíduo *independente e egoísta* e a *cidadão*. A emancipação *humana* precisa atingir o plano das relações sociais e, por isso mesmo, o *ser genérico*, o ser humano enquanto gênero:

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, ser tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (Marx, 1993, p. 63)⁹.

7. Fora da empresa capitalista e do mundo acadêmico a visão a respeito do trabalho, do conhecimento e da formação do trabalhador pode estar seguindo padrão diferente daquele que rege a produção material e intelectual e a formação do trabalhador assalariado no modo de produção capitalista. A hipótese é que as idéias e práticas dos movimentos sociais estudados apontam em três direções convergentes e complementares: 1) a interdisciplinaridade é a única perspectiva coerente com a caminhada e proposta desses movimentos; 2) há uma relação estreita, se

⁹ Todos os grifos são da obra citada.

não necessária, entre solidariedade ou cooperação solidária e interdisciplinaridade; 3) a interdisciplinaridade é a única perspectiva capaz de dar conta da questão da formação do trabalhador para o trabalho autônomo em sua forma solidária ou cooperativa autogestionária. Alguns depoimentos colhidos nas entrevistas coletivas realizadas nos assentamentos de reforma agrária pesquisados apontam nessa direção.

O seguinte depoimento, por exemplo, esclarece o quanto a organização cooperativa do trabalho nos assentamentos difere da divisão burguesa do trabalho:

Então hoje da forma que nós trabalhamos nós conseguimos organizar o trabalho para que a gente não fique todo o mundo fazendo a mesma coisa. Tem pessoas que fazem atividades específicas, tipo assim, se você pegar o conjunto do assentamento, nós temos família que trabalha sozinha num lote de terra. Então ele tem que levantar cedo, tratar porco, galinha, tirar leite, vai para a roça, volta, tem que a mulher fazer o almoço. Nós aqui não, a gente conseguiu organizar: tem gente que só trabalha com pomar de pêssego, tem outro que só com suinocultura, outro só trabalha com produção de grão, então quer dizer, tem companheiras e companheiros que só trabalham no refeitório e faz(em) o almoço, tem a creche onde as crianças ficam para as mães poder trabalhar; então aqui as mães não precisam ficar em casa cuidando da criança e fazendo o almoço; ela vai pra roça, ela trabalha no processo produtivo. Então a cooperativa, ela oportuniza essa possibilidade de você organizar o trabalho e da mesma forma a produção. Enfim isso tem uma certa dificuldade no sentido de você organizar... o trabalho, o processo produtivo e tal. Hoje a gente já conseguiu avançar bastante dentro da cooperativa no sentido de fazer planejamento anual, planejamento de médio prazo até para três anos... Hoje nós temos assistência técnica, que é o Lumiar, um projeto de assistência técnica a nível nacional que foi uma conquista do Movimento [...] (Assentado, Conquista da Liberdade).

Perguntados em que a organização do trabalho na cooperativa diferia da divisão do trabalho, por exemplo, nas fábricas, a resposta foi pronta e esclarecedora: ninguém ficava a vida toda no mesmo trabalho; as pessoas iam passando por diferentes tipos de trabalho. E o que é mais importante: as atividades confiadas aos diversos grupos de trabalho, como o pomar, a suinocultura, a produção de grãos, a creche, a cozinha comunitária, são todas atividades *unitárias, autônomas e autogestionárias*, o que as diferencia substancialmente do trabalho *parcelar, super-especializado, heterônimo e subordinado* de qualquer empresa capitalista. Para tomar conta de um pomar, criar suínos, produzir grãos, etc. é necessário dominar o processo todo de produção. Ademais, compete aos assentados não só execução, mas também o planejamento do trabalho.

A dificuldade encontrada na organização cooperativa do trabalho não é gratuita. Um assentado destaca o que chama de a “questão cultural” e o “baixo nível de conhecimento, de estudo”. O desafio do trabalho cooperativo é uma revolução na cabeça de quem foi peão, meeiro ou pequeno agricultor:

“[...] um dos grandes problemas que nós enfrentamos foi a questão cultural, porque todos nós era pião, meeiro ou um pequeno agricultor que, quando muito, discutia com a esposa, às vezes uma associação com a família, por exemplo.” Os assentados não encontraram receita pronta; precisaram criar: “Mas quando nós chegamos aqui com a proposta de trabalhar junto essa experiência que não tinha uma receita pronta, que nós fomos construindo, é uma revolução nas nossas cabeças. São oito anos que isto vem martelando, acertando com bastante problema.” Por outro lado, o assentado talvez se iluda ao imaginar que “uma cooperativa só de técnicos agrícolas, agrônomos, assistente social e assim por diante possa funcionar melhor, pela simples razão de estes terem mais acesso ao conhecimento” (Assentado, Conquista da Liberdade).

O desafio da cooperação é colocado principalmente pelo Assentamento Conquista da Liberdade, que há oito anos vem lutando para organizar uma cooperativa. Mas alguns entrevistados de outros assentamentos também levantam a mesma questão: “Nós na verdade tinha associações que se trabalhava juntos. Hoje em parte se trabalha individual, mas esse tipo de trabalho, como na questão ecológica, estamos buscando juntos.” (Assentado, Nova Sociedade). Outro assentado descreve a luta para a criação de uma cooperativa: já estão com o prédio pronto, com projeto junto ao governo do Estado aguardando financiamento “para comprar as máquinas para botar em funcionamento a cooperativa para facilitar mais para os assentamentos. Nós fazemos parte do orçamento participativo” (Assentado, Oito de Maio).

No dizer de um entrevistado, os assentados estão apinhando ainda, o que faz com que tenham momentos de indecisão. E esclarece:

Sabemos que o trabalho cooperado tem diferença: você não precisa trabalhar 12 ou 15 horas por dia, você tem uma distribuição, tem uma certa liberdade de construir algo diferente. Mas às vezes assim a gente se questiona: porque essa questão de trocar o meu individualista pelo nosso coletivo é muito lento na nossa cabeça. A gente usa um ditado popular de um companheiro que saiu do grupo. Ele dizia assim: “Bom, aqui tudo é nosso e nada é nosso” (Assentado, Conquista da Liberdade).

Isto que foi descrito como “essa questão de trocar o meu individualista pelo nosso coletivo” não estaria marcando justamente a diferença entre a perspectiva do trabalho unitário e solidário e da interdisciplinaridade, em contraposição ao trabalho parcelar, fragmentado, subordinado, e da disciplinaridade?

Um líder do MST faz três observações interessantes: 1) não se trata simplesmente de construir uma cooperativa qualquer, mas de “construir uma cooperativa do tipo [...] que nós trabalhamos”, o que considera desafio bem difícil de realizar; 2) cooperação é conceito mais largo do que cooperativa; as experiências de cooperação podem ser o caminho para a orga-

nização de uma cooperativa: “Agora essas pequenas experiências de cooperação, elas podem ir abrigando uma consciência no sentido de que os companheiros e companheiras vão desenvolvendo outras atividades cooperadas e podem em médio prazo se tornar cooperativas”; 3) a cooperativa como os assentados querem está longe de reduzir-se a uma questão de racionalidade econômica. Ela se fundamenta na *convivência*, na *solidariedade*: “Hoje o que segura a unidade da cooperativa não é a questão econômica, é a convivência. Realmente, o nível de entendimento companheirista é que sustenta a cooperativa” (Líder do MST Regional).

Essa questão se coloca com força também para as mulheres, porquanto elas também estão envolvidas diretamente na produção:

Nós, desde que chegamos aqui, a mulher sempre teve vez e voz, ela participa, tem o direito de participar das discussões das assembleias e ajudar a discutir os problemas gerais da cooperativa [...] às vezes a gente se recua um pouco de assumir as coisas da cooperativa, mais na questão da administração, porque a gente, o próprio estudo que a gente teve [...], mas mesmo assim a mulherada pega firme nas outras atividades. Aqui hoje as mulheres estão mais na questão produtiva mesmo (Assentada, Conquista da Liberdade).

8. Do que se acaba de expor entende-se a crítica dos assentados em relação à educação/formação que tiveram (ou que não tiveram) e que seus filhos estão tendo. Para eles, a escola não forma para a agricultura, muito menos ainda para a cooperação, a participação, a solidariedade. No dizer de um assentado, a escola está mais para “educar a nossa família tipo cavalo de charrete”, não para a liberdade, a participação e a responsabilidade:

Hoje os nossos filhos não sabem como plantar um pé de feijão. A escola não ensina nada na agricultura [...] a escola de hoje, ela está no mesmo processo da grande indústria do capitalismo e não tem nada para contribuir para o processo da formação da nossa realidade. Eu acho que nós estamos sendo um espelho na resistência desse projeto e tentando trabalhar de outras formas, começando no assentamento, na formação das nossas crianças, no lazer, e de vez em quando quebrando pau com algumas diretoras aí, né [...], tentando educar a nossa família tipo cavalo de charrete [...] (Assentado, Conquista da Liberdade).

Os assentados rejeitam a escola que está aí, que forma trabalhadores *tipo cavalo de charrete*. Eles precisam de uma educação que dê suporte à sua nova condição de produtores *autônomos*, que querem desenvolver formas de trabalho *solidário* e *cooperativo*. Este é certamente o grande desafio colocado para a escola pelos assentamentos mais organizados. Nem sempre os depoimentos atingem o âmago da questão. Por exemplo, quando se limitam a reivindicar uma educação voltada para o campo: “[...] a educação é voltada para a cidade,

pelo fato dos professores, a maioria é da cidade, e não é uma coisa assim que seja voltada para o nosso campo, trabalho de roça e tal. A minha filha estuda lá, e a gente percebe que a educação não é dentro da realidade deles [dos alunos].” (Assentada, Nova Sociedade). Ou então: “E sobre a educação [...] a gente tem a vontade de pleitear um estudo mais voltado à nossa realidade [...] Alguma coisa a gente já conseguiu com os professores daqui, mas são poucos ainda, é claro. Nossos filhos têm que aprender aquilo que nós fazemos.” (Assentado, Umbu). Já vai mais longe, na direção apontada acima por Japiassu (In: Hartmann, Silva e Galli, 1999, p. 129), quem reivindica que a escola focalize os problemas: “[...] a educação da realidade do campo tem que mudar tudo. Não existe nada, é só histórico e coisrada, e matemática, que nunca mais se vê depois que pára de estudar. Tinha que mudar tudo, colocar os problemas mesmo que existem no Brasil. Isso que está para nós não serve [...]” (Assentado, Nova Sociedade).

Daí que se aponte para a necessidade de um processo educacional alternativo que possa dar continuidade à história do Movimento. Os assentados têm consciência de que o trabalho cooperado tem diferença. Por exemplo: “Você tem uma distribuição, tem uma certa liberdade de construir algo diferente [...]” (Assentado, Conquista da Liberdade).

Por sua vez, o poder público e as direções das escolas têm consciência do problema e reconhecem que os professores não têm como corresponder à expectativa dos assentados: “Eu não tenho nenhum professor que seja formado no meio de um assentamento [...] Não conhecem a realidade” (Poder público municipal).

Assim como o trabalho *solidário* e *cooperativo* que os assentados querem representa uma revolução em relação ao trabalho parcelar e subordinado do modo de produção capitalista, também a escola por eles pleiteada representa, na realidade, uma revolução com respeito à escola que está aí, transformação esta só realizável através de uma ação conjunta dos interessados e do poder público. A pesquisa sugere que essa utopia talvez não seja irrealizável. Mas, com certeza, a busca do objetivo da interdisciplinaridade deverá percorrer caminho bem diferente, por exemplo, do descrito e prescrito pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, em 1999, para o novo Ensino Médio (Brasil/MEC, SEMT, 1999). Não surpreende o tom ufanista do secretário de EMT na Apresentação: “O Ensino Médio no Brasil está mudando [...] Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade [...]” (Brasil/MEC, SEMT, 1999, p. 13). Surpreendem, sim, algumas considerações que seguem.

Primeiro, para um Ensino Médio cuja identidade teria mudado *no cerne* através da vinculação ao mundo do trabalho e à prática social, se prescreve nada menos que uma *contami-*

nação: “Essa vinculação é orgânica e deve contaminar (sic!) toda a prática educativa escolar.” (Brasil/MEC, SEMT, 1999, p. 22).

Segundo, o tratamento prescrito (essa contaminação) pode ser gradativo: “[...] pretendemos contribuir para que, gradativamente, se vá superando o tratamento estanque, compartimentalizado, que caracteriza o conhecimento escolar” (Brasil/MEC, SEMT, 1999, p. 34). Como se mudanças de paradigma pudessem ser operadas gradualmente!

Terceiro, para a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico, “a interdisciplinaridade tem uma função instrumental, no sentido de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas contemporâneos”. Essa redução instrumental desmonta por completo a própria noção de interdisciplinaridade.

Quarto, sustenta-se que “a interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir de uma abordagem relacional”, a ser realizada através do estabelecimento de “interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência”. O mero estabelecimento de interconexões e passagens entre conhecimentos não constitui ainda integração de diferentes disciplinas, da mesma forma que estabelecer porteiças entre pastagens não significa ainda integração dos diferentes pastos! Não basta abrir passagens ou porteiças; é necessário retirar as cercas que dividem os diferentes campos... do saber.

9. Para concluir, coloco uma questão bem específica, sugerida pelas observações feitas no presente texto: afinal, que relação existe entre solidariedade, compreendidas aí as múltiplas formas de cooperação autônoma e autogestionária, e interdisciplinaridade? A hipótese subjacente é que essa relação é estreita, ou melhor, que solidariedade e interdisciplinaridade se fundam e pressupõem mutuamente. Esse ponto de vista é sustentado por um grupo de professoras/pesquisadoras com base em experiência de interdisciplinaridade na formação de professores levada a efeito simultaneamente ao desenvolvimento da presente pesquisa:

A interdisciplinaridade, analisada por inúmeros autores e sob diferentes enfoques, não traz associada a idéia de solidariedade. É possível mesmo que esta idéia esteja implícita tanto nas reflexões quanto nas práticas relacionadas ao tema, porém não chega a tornar-se objeto de investigação. A percepção de que a solidariedade é da natureza mesma da interdisciplinaridade ocorreu-nos quando construímos o texto e, para isso, começamos a reconstituir a experiência [...] (Machado *et al.*, 2000, p. 28).

Se efetivamente *solidariedade*, em suas múltiplas formas, e *interdisciplinaridade* são dimensões de uma mesma substância, possivelmente se tenha identificado aí um elemento fundamental, ao mesmo tempo de análise crítica e de transformação da realidade.

Referências

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. 1999. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Brasília, MEC, 131 p.
- CANEVACCI, M. 1981. *Dialética da família*. São Paulo, Brasiliense, 232 p.
- CASTILLO, J. J. 1977. El paradigma perdido de la interdisciplinaridad: volver a los clásicos. *Revista Latino-Americana de Estudios do Trabalho*, 3(5):19-39.
- COMISSÃO GULBENKIAN para a Reestruturação das Ciências Sociais. 1996. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo, Cortez, 151 p.
- DESCARTES, R. 2000. Discurso do método. São Paulo, Martin Claret.
- FAZENDA, I. 2001. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: I. FAZENDA (Org.), 7ª ed. *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo, Cortez, p. 15-18.
- FERRARO, A. R. 1999. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (12):22-47.
- FERRARO, A. R. 2001. Políticas públicas em trabalho, educação e lazer. A questão da interdisciplinaridade. In: A. R. FERRARO e M. RIBEIRO (Orgs.), *Trabalho educação lazer. Construindo políticas públicas*. Pelotas/RS, EDUCAT, p. 51-71.
- FERRARO, A. R. e RIBEIRO, M. 2001. Introdução. In: A. R. FERRARO e M. RIBEIRO (Orgs.), *Trabalho educação lazer. Construindo políticas públicas*. Pelotas/RS, EDUCAT, p. 9-14.
- FREITAS, L. C. de. 1989. A questão da interdisciplinaridade. Notas para a reformulação dos cursos de pedagogia. *Educação & Sociedade*, (33):105-131.
- FRIEDMANN, G. 1956. *Problèmes humains du machinisme industriel*. 24ª ed., Paris, Gallimard, 426 p. (Primeira edição de 1946).
- FRIEDMANN, G. 1972. *Où va le travail humain*. 3ª ed., Paris, Gallimard, 285 p. (Primeira edição de 1950).
- FRIGOTTO, G. 2001. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: A.P. JANTSCHI e L. BIANCHETTI (orgs.), *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 25-49.
- GORZ, A. 1987. *Adeus ao proletariado? Para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 203 p.
- GORZ, A. 1997. *Misères du présent – Richesse du possible*. Paris, Gallimard, 229 p.
- JANTSCH, A. P. e BIANCHETTI, L. 2001. Imanência, história e interdisciplinaridade. In: Id. (orgs.), *Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 117-193.
- JAPIASSU, H. 1999. A questão da interdisciplinaridade. In: H. R. HARTMANN; H. M. SILVA e S. GALLI, *Questões epistemológicas*. Maringá/PR, UEM, p. 129-143.
- MACHADO, C. L. B. *et al.* 2001. Interdisciplinaridade como solidariedade. Desafio à formação de professores. *Educação & Realidade*, 26(2):127-156.
- MARX, K. 1993. A questão judaica. In: K. MARX, *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa, Edições 70, p. 33-73.
- MARX, K. 1996. *O capital*. Livro 1, v. 1 e 2. 15ª ed., São Paulo, Bertrand Brasil, 929 p.
- SMITH, A. 1989. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 v., 823 e 814 p.
- TAYLOR, F. W. 1995. *Princípios de administração científica*. São Paulo, Atlas, 109 p.